

## ATA DA 198ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO ISSBLU

1 Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro, ano de dois mil e  
2 dezenove (26/02/2019), terça-feira, às 14hs, o Conselho de  
3 Administração do ISSBLU reuniu-se na sede do Instituto, na  
4 Avenida Martin Luther, 111, 8º andar, centro, nesta cidade.  
5 Registramos a presença dos membros titulares do Conselho, Éder  
6 Antônio Boron, Elsa Cristine Bevian, Geraldo Pfiffer, Gibson  
7 Danilo Rebello, Marilei Teresinha Schreiner, Saul Alcides  
8 Sgrott, Tarcísio Pedro da Silva e Nazareno Loffi Schmoeller.  
9 Presentes também os membros da Diretoria Executiva do ISSBLU,  
10 Srs. Elói Barni, Diretor Presidente, Ricardo Bof, Diretor  
11 Administrativo, Nadir Cremer, Diretora de Previdência Social,  
12 Cláudia Fernanda Iten, Assessora, Júlio Cesar Pereira  
13 (conselheiro suplente) e César Domênico Poltronieri, titular da  
14 Secretaria Municipal de Gestão Financeira-SEGEFI. A reunião foi  
15 aberta pela Presidente do CONSAD, a Conselheira Elsa Cristine  
16 Bevian que saudou a presença de todas/os. Inicialmente a  
17 Presidente deu posse aos novos conselheiros Nazareno Loffi  
18 Schmoeller e Jamis Antonio Piazza como titular e suplente,  
19 respectivamente, representantes da FURB. Em seguida foi colocada  
20 para apreciação e aprovação a ata nº 196/2018 da reunião  
21 ordinária do dia 18/12/2018, a qual foi aprovada e assinada  
22 pelos conselheiros presentes. A presidente informou que a ata da  
23 reunião ordinária de 28/01/2019 será apreciada na próxima  
24 reunião. Na sequência foi lido o Ofício Segefi 06/2019 da  
25 Secretaria Municipal de Gestão Financeira que solicita a este  
26 Conselho o parcelamento dos débitos referentes às contribuições  
27 patronal e alíquota especial devidas pelo Município e pelo Fundo  
28 Municipal de Saúde das competências setembro, outubro, novembro  
29 e dezembro/2018, bem como da competência janeiro/2019 em 60  
30 parcelas. A seguir foi dada a palavra ao secretário da SEGEFI,  
31 Sr. César para explanar os motivos dos atrasos e justificar o  
32 pedido de parcelamento. O secretário relatou a dificuldade  
33 financeira enfrentada pelos municípios brasileiros nos últimos  
34 quatro anos e que o município de Blumenau busca soluções que  
35 amenizem os efeitos desta crise financeira. Também salientou que  
36 Blumenau, apesar da crise atual, manteve durante o ano de 2018  
37 os serviços primordiais à população. Aberta a discussão o  
38 conselheiro Saul indagou ao diretor financeiro do ISSBLU sobre o  
39 valor dos repasses mensais do município ao instituto somados aos  
40 parcelamentos existentes com a possibilidade de um novo  
41 parcelamento. Então o Sr. Ricardo, informou que o valor  
42 considerando um novo parcelamento giraria em torno de R\$  
43 8.000.000,00/mês. Indagado pelo conselheiro Saul o secretário  
44 César confirma que este valor estaria previsto na programação de  
45 fluxo de caixa, em defesa do parcelamento. O conselheiro Saul  
46 ainda sugeriu ao município que considerasse, dentro do previsto  
47 em lei, que os valores da retenção pelo ISSBLU do imposto de

## ATA DA 198ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO ISSBLU

48 renda retido na fonte dos aposentados e pensionistas sejam  
49 revertidos para abatimento dos parcelamentos. O conselheiro Éder  
50 informou que o município continua trabalhando no sentido de que  
51 o valor dos depósitos judiciais, ainda passíveis de serem  
52 levantados, sejam destinados ao ISSBLU para abatimento dos  
53 parcelamentos assim como ocorreu no ano passado. A conselheira  
54 Marilei relatou estar neste CONSAD desde maio/2017 e, cada vez  
55 que o município atrasa os repasses e solicita parcelamento, a  
56 retórica é a mesma no sentido que não mais ocorrerão atrasos.  
57 Lembra que o último parcelamento foi de 25 milhões e que este  
58 agora irá superar este valor, passando de 31 milhões, o que gera  
59 insegurança principalmente em acreditar que desta vez o problema  
60 será de fato resolvido. Contesta o ofício 06/2019/SEGEFI que  
61 menciona o adimplemento dos parcelamentos como justificativa ao  
62 novo pedido. O conselheiro Tarcisio discorda que o investimento,  
63 pelo município, na área de saúde seja apresentado como  
64 justificativa e que se esse ocorre é por falha na prevenção.  
65 Menciona ainda que desde que compõe o Consad este já é o segundo  
66 pedido de parcelamento enviado ao conselho. Destaca, ainda, não  
67 ser responsabilidade do instituto "financiar" o executivo mesmo  
68 que atingindo a meta na remuneração do investimento quando da  
69 concessão de um novo parcelamento. A conselheira Marilei  
70 mencionou o Decreto 12036/2018 que trata da abertura de créditos  
71 adicionais por conta do excesso de arrecadação na ordem de R\$  
72 7.225.641,00 e embora esse valor não de conta da dívida do  
73 município com o instituto, esse foi preterido na destinação  
74 destes recursos. O debate seguiu com a intervenção dos  
75 conselheiros Nazareno, Éder, Saul, Gibson, da conselheira  
76 Marilei, do suplente Júlio, da presidente Elsa. O conselheiro  
77 Geraldo Pffiffer frisou que como contador sempre analisa as  
78 contas do Executivo no portal da transparência da Prefeitura e  
79 também em diversas conversas com o Secretário da Fazenda, vê  
80 como o município tem dificuldades de sanar as contas. Sabendo  
81 que o Município gastou R\$ 125 milhões a mais nas contas da  
82 saúde, dinheiro este, que deveria ser repassado pelo Governo  
83 Federal. O mesmo acontece com ICMS que devido a crise econômica  
84 está cada vez mais baixando o retorno do Estado. Em função disto  
85 temos que colocar em votação o parcelamento na reunião de hoje  
86 haja visto que a partir do dia 09/04/19 o Município começa a ter  
87 problemas com a CRP, colocando em risco todo o financeiro do  
88 Executivo. Lembrando ainda que a matéria ainda passa em votação  
89 na Câmara de Vereadores. O conselheiro Saul sugeriu a  
90 apresentação e análise dos números macros da administração para  
91 o conselho a cada dois meses. A presidente contestou a alegação  
92 do município em seu ofício 06/2019/SEGEFI em relação ao  
93 superávit do exercício passado de R\$ 44 milhões. Lembrando que,  
94 segundo o diretor financeiro do instituto Sr. Ricardo

## ATA DA 198ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO ISSBLU

95 instituto usou R\$ 4 milhões decorrentes da rentabilidade das  
96 aplicações para cobrir um déficit deste valor na relação  
97 contribuições recebidas/benefícios pagos. Sendo assim a  
98 presidente considera os argumentos apresentados pelo secretário  
99 genéricos e que não a convenceram. Que os pagamentos ao ISSBLU  
100 estão previstos no Plano Plurianual, na LOA e que não foi  
101 trazido a este conselho documentos detalhando a situação  
102 financeira do município como solicitado por meio da pauta desta  
103 reunião encaminhada a todos os conselheiros, inclusive aos  
104 representantes do executivo. Alega ainda não estar segura, com  
105 fundamentos suficientes para tomar uma decisão a respeito do  
106 parcelamento na data de hoje pela falta de dados e informações  
107 específicas sobre a real situação financeira do município. O  
108 conselheiro Gibson discorda com o adiamento da votação do pedido  
109 de parcelamento. Alega que os dados financeiros do município se  
110 encontram à disposição de todos no portal transparência. Lembrou  
111 ainda das consequências ao município e ao próprio instituto da  
112 não renovação da CRP. Citou, também, os trâmites necessários a  
113 efetivação do parcelamento com a edição de Lei Complementar e  
114 aprovação pela Câmara Municipal o que demandará vários dias.  
115 Questionou, ainda, a responsabilidade do conselho no adiamento  
116 de uma decisão que, embora não sendo tão saudável, tornou-se a  
117 única alternativa viável no momento. A conselheira Marilei  
118 contestou a pressa na votação do tema defendendo a apresentação  
119 de mais detalhes financeiros em uma próxima reunião. O  
120 conselheiro Saul defendeu a resolução do tema ainda hoje  
121 evitando a protelação da matéria e conseqüente retenção da CRP,  
122 que pode culminar lá na frente em um parcelamento inevitável. O  
123 debate seguiu e ao final a proposta da presidente Elsa, de  
124 suspensão da presente reunião até o dia 11 ou 12 do próximo mês  
125 com a apresentação de mais detalhes financeiros pelo município  
126 foi rejeitada por 5 votos a 3 tendo votado favoravelmente apenas  
127 a conselheira presidente Elsa, a conselheira Marilei e o  
128 conselheiro Tarcísio. Passo seguinte foi colocada em votação o  
129 pedido de parcelamento em 60 parcelas dos débitos  
130 previdenciários referentes à contribuição patronal e alíquota  
131 especial das competências setembro, outubro, novembro,  
132 dezembro/2018 e janeiro de 2019 tanto da Prefeitura Municipal de  
133 Blumenau como do Fundo Municipal de Saúde. O pedido foi aprovado  
134 por 5 votos a 3 com os votos favoráveis dos conselheiros Éder,  
135 Geraldo, Gibson, Nazareno e Saul. Como último item de pauta, nos  
136 informes gerais o Diretor Presidente do ISSBLU, Sr. Elói Barni  
137 informou que o instituto recebeu o Certificado de Conformidade  
138 Pró-Gestão RPPS. O Instituto implementou os requisitos para  
139 obtenção do certificado no Nível II no Programa de Certificação  
140 Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de  
141 Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e

## ATA DA 198ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO ISSBLU

142 dos Municípios, instituído pela Portaria MPS nº 185/2015, o que  
143 deu ao ISSBLU a certificação almejada. O Programa tem como  
144 objetivo a implantação das boas práticas de gestão inseridas nas  
145 ações que compõem os três pilares de dimensão: Controles  
146 Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária. A  
147 certificação aconteceu após realização de auditoria pelo ICQ  
148 Brasil que é uma das entidades credenciadas pela Secretaria de  
149 Previdência para certificar os regimes próprios que adotam o  
150 sistema de gestão definido no programa Pró-Gestão RPPS. O  
151 certificado foi homologado pela Secretaria de Previdência  
152 Social. O Presidente do instituto foi parabenizado e a toda sua  
153 equipe pela conquista. Nada mais havendo a tratar, a presidente  
154 do CONSAD/ISSBLU Elsa Bevian deu por encerrada a reunião, e eu,  
155 Gibson Danilo Rebello, lavrei esta Ata que, após lida e achada  
156 conforme, seguirá para assinatura das/dos presentes através do  
157 motorista do ISSBLU tendo em vista a necessidade de  
158 encaminhamento com celeridade do parcelamento aprovado nesta  
159 data. Blumenau, 26 de fevereiro de 2019.

160  
161  
162  
163  
164 **ELSA CRISTINE BEVIAN**  
165 **Presidente do CONSAD**

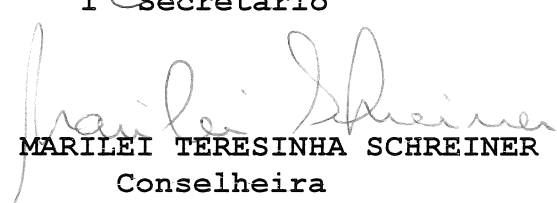
166  
167  
168  
169 **SAUL ALCIDES SGROTT**  
170 **Vice-Presidente**

171  
172  
173  
174 **TARCÍSIO PEDRO DA SILVA**  
175 **2º Secretário**

176  
177  
178  
179  
180 **ÉDER ANTÔNIO BORON**  
181 **Conselheiro**

182  
183  
184  
185 **NAZARENO LOFFI SCHMOELLER**  
186 **Conselheiro**

  
166  
167  
168  
169 **GIBSON DANILO REBELLO**  
170 **1º Secretário**

  
171  
172  
173  
174 **MARILEI TERESINHA SCHREINER**  
175 **Conselheira**

  
176  
177  
178  
179  
180 **GERALDO PFIFFER**  
181 **Conselheiro**